



FICHA TÉCNICA

A Emenda Helms e Porquê Precisa ser Revogada

Julho de 2022

A Emenda Helms, aprovada pelo congresso dos EUA em 1973 na sequência da decisão *Roe v. Wade* é um obstáculo global à saúde e aos direitos sexuais e reprodutivos. Esta emenda inibe governos de implementarem leis nacionais e locais relacionadas à saúde, previne que profissionais de saúde prestem tais serviços e é um impedimento aos serviços de saúde que as pessoas ao redor de todo mundo querem e precisam. Esta compilação de fatos aborda as políticas e o contexto legislativo da Emenda Helms, detalha seu desalinhamento em relação aos movimentos e padrões internacionais e enumera os impactos aos resultados da área de saúde em decorrência das restrições ao aborto.

» Leis dos EUA que abordam serviços de abortos e advocacy no que tange Assistência Financeira Prestada pelos EUA a outros países

Após a decisão de 1973 da Suprema Corte dos EUA – *Roe v. Wade*,¹ o Congresso Norte Americano promulgou uma série de políticas de assistência financeira para limitar ou impor requisitos ao uso de fundos federais para o aborto e atividades relacionadas ao planejamento familiar ao redor do mundo.¹ Estas ferramentas frequentemente recebem os nomes dos legisladores que a apresentaram e incluem:

A **Emenda Helms** – aprovada em 1973, foi a primeira restrição ao aborto acrescentada ao Ato de Assistência Externa dos EUA de 1961 (US Foreign Assistance Act of 1961), e determina que “nenhum fundo de assistência financeira poderá ser usado para pagar por aborto como uma forma de planejamento familiar ou para motivar ou coagir qualquer pessoa para praticar abortos.”²

A **Emenda Leahy** – aprovada em 1994 esclarece o significado de “motivar” na Emenda Helms, e afirma que não deverá ser confundido com proibir a prestação de informações ou aconselhamento sobre todas as opções de gestação onde forem permitidas pela lei local.³

A **Emenda Siljander** é frequentemente discutida em conjunto com a Helms. Foi aprovada em 1981 para proibir o uso de fundos de assistência financeira para a prática de lobby a favor ou contra mudanças às leis relacionadas ao aborto.⁴

A Emenda Helms us a Lei Global da Mordaça (*Global Gag Rule – GGR*)

A Lei Global da Mordaça foi promulgada por presidentes republicanos e reforça as bases criadas pelas emendas Helms e Siljander.⁵

Emenda Helms

- Ato do Congresso, precisa ser revogada pelo Congresso.
- Controla **o quê** pode e não pode ser feito com o uso de fundos de assistência financeira dos EUA.

Lei Global da Mordaça

- Ato presidencial, pode ser revogado por um presidente ou encerrado de forma permanente pelo Congresso, por meio de legislação.
- Opera acima e por além da Emenda Helms
- Controla **quem** pode receber dos EUA fundos de assistência financeira para a saúde.

Excessos na Implementação da Helms

- No mínimo e sob as Leis dos EUA, casos de estupro, incesto e risco de vida estão fora do escopo do aborto como uma forma de planejamento familiar.⁶
- Agências Norte Americanas de implementação de assistência financeira, tais como a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), e o Centro para a Prevenção e Controle de Doenças (CDC) tem tratado a Helms como uma proibição total do aborto.⁷

Política Norte Americana em Conflito com as Leis Nacionais e Internacionais

A Emenda Helms surgiu da e continua a perpetuar a exportação de políticas antiaborto dos Estados Unidos e da imposição do controle reprodutivo sobre mulheres, meninas e outras pessoas que podem engravidar. Trata-se de uma exportação neocolonial que é conflitante com os esforços feitos por outros países através de defensores, políticos e especialistas médicos para modernizarem suas leis relacionadas ao aborto e reverter as leis antiaborto, quem em maioria são legados coloniais.

- A própria USAID se opôs à Emenda durante o debate no Congresso, arguindo numa declaração escrita que interferiria com a soberania do Estado e direitos individuais: *“Cada nação é e deverá ser livre para determinar suas próprias políticas e procedimentos quanto ao crescimento populacional e planejamento familiar. Em contradição a este princípio, a emenda imporá restrições Norte Americanas tanto aos governos de países em desenvolvimento quanto aos indivíduos quando se trata da livre escolha e das formas de controle de fertilidade...que são legais nos EUA.”*⁸
- A Emenda Helms age como uma barreira para pacientes que podem receber serviços de aborto seguro aos quais tem acesso legal naqueles países que recebem assistência financeira dos EUA, mas que tem leis mais liberais quando se trata de aborto.⁹
- Mais de 40 países, incluindo Moçambique, Nepal, África do Sul e Uruguai, modernizaram suas leis relacionadas ao aborto desde a aprovação da emenda Helms, impondo restrições Norte Americanas de forma ainda mais desalinhadas aos movimentos de governos e sociedades civis em países que recebem assistência financeira dos EUA.¹⁰
- Na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (ICPD) em 1994, os EUA

entraram em consenso com os mais de 170 países nos quais o aborto inseguro foi estabelecido como uma principal preocupação de saúde e que onde houver aborto legal, o aborto precisa ser seguro. A Emenda Helms contradiz os princípios do compromisso que os EUA fizeram de apoiar e promover os princípios estabelecidos pela ICPD.¹¹

- Organismos internacionais, incluindo o Grupo de Trabalho das ONU sobre Discriminação Contra Mulheres na Lei e na Prática e o Conselho de Direitos Humanos da ONU incluíram o acesso ao aborto seguro em seus achados.¹²

» Restringir o acesso ao aborto não reduz o número de abortos, mas faz com que sejam inseguros

- Limitar o acesso ao aborto seguro obriga as pessoas grávidas a optarem por métodos de aborto que não são seguros e que são causadores de significativos números de mortalidade materna e mortalidade global preveníveis.¹³
- Dos 73,3 milhões de abortos ocorridos ao redor do mundo entre 2015 e 2019, aproximadamente 35 milhões foram inseguros e a estimativa é que causam 23,000 mortes preveníveis e relacionadas a gestação por ano.¹⁴
- O índice de abortos inseguros aumenta onde o acesso ao aborto seguro é restrito ou indisponível em função de fatores externos¹⁵, tais como baixa disponibilidade de serviços, alto custo, estigma, política doméstica ou exterior restritiva – incluindo a Emenda Helms.
- Um estudo recente demonstrou que a liberalização das leis do aborto pode reduzir a mortalidade materna.¹⁶
- A Emenda Helms previne que os programas custeados pela assistência financeira dos EUA ofereçam o completo leque de serviços de saúde sexual e reprodutivos, o que gera a

fragmentação de serviços de saúde e inibe a sua programação integrada.¹⁷

- Ao destacar o aborto como um serviço de saúde restrito, a Emenda Helms fortalece os esforços para criminalizar o aborto e aumenta o estigma relacionado. Assim, silencia e pune ainda mais tanto os profissionais de saúde quanto as pessoas que buscam o aborto seguro.
- A Emenda Helms afeta, de forma desproporcional, pessoas grávidas jovens, vivendo em situação de pobreza, LGBTQI+ ou sobreviventes de violência sexual que não conseguem acessar os cuidados de saúde que querem ou precisam.¹⁸

Os Benefícios da Revogação da Helms

- Se a Emenda Helms fosse revogada e as pessoas pudessem acessar serviços de aborto seguro, haveria menos 19 milhões de abortos inseguros e 17,000 mortes maternas em 33 países que tem leis de aborto liberalizadas e que também recebem assistência dos EUA para o planejamento familiar.¹⁹
- Nestes países, a cada ano as mortes maternas em decorrência do aborto reduziriam em 98% e 12 milhões de mulheres a menos teriam complicações relacionadas ao aborto e que requerem tratamento médico.²⁰
- A revogação da Emenda Helms também teria impacto financeiro positivo aos sistemas de saúde neste subconjunto de países, incluindo o decréscimo de 89% nos custos de atendimentos pós-aborto, 19% de aumento ao custo da prestação de serviços de aborto seguro e uma economia líquida geral de US\$641 milhões por ano para os sistemas de saúde.²¹
- A partir de junho de 2022, aproximadamente US\$ 46 bilhões dos recursos para o ano fiscal de 2022 dos fundos de assistência externa dos EUA foram gastos em 142 países e 18 programas regionais.²²

Como revogar a emenda Helms

- Atualmente, o Congresso tem a oportunidade para abolir de forma permanente a emenda Helms aprovando a lei “Aborto é Serviço de Saúde em Todos os Lugares (H.R. 1670/S. 4641).”²³ Este projeto de lei propõe uma alteração ao Ato de Assistência Externa dos EUA de 1961 para extinguir a Emenda Helms e a substituir com linguagem proativa, permitindo que os fundos de assistência estrangeira sejam utilizados em serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o aborto.²⁴ O projeto inclui também uma declaração progressista que define o aborto seguro como um dos componentes críticos para um sistema de saúde abrangente, e declara o empenho do governo americano para o fim do aborto inseguro e o apoio ao acesso para serviços seguros de aborto.²⁵
- Além da revogação do Ato de Assistência Externa dos EUA de 1961, a emenda Helms também deverá ser removida da lei de dotação orçamentária do Estado, das operações externas e agências relacionadas (*Annual State, Foreign Operations and Related Agencies Appropriations Bill*). O comitê de dotações orçamentárias do Congresso deve assegurar que o conteúdo desta Emenda não esteja incluído em planos orçamentários anuais no futuro.
- A revogação permanente da Emenda Helms segue alinhada com as políticas administrativas de Biden no que se refere ao apoio doméstico e global para os direitos sexuais e reprodutivos.²⁶
- O Congresso Norte Americano tem o poder para assegurar que a Emenda Helms, um legado racista do Senador Jesse Helms e de uma política repressora de direitos, seja permanentemente abolida. Isto não pode esperar.



Notas finais

Observe que a tradução das citações é apenas para fins de informação e clareza, pois os recursos estão em inglês.

1. Congressional Research Service (CRS), *Abortion and Family Planning–Related Provisions in U.S. Foreign Assistance Law and Policy*, Agosto de 2020, disponível em <https://crsreports.congress.gov/product/pdf/R/R41360/28>

2. United States Foreign Assistance Act of 1961, U.S. Code 22 (1961). § 2151 et seq., seção 104(f) conforme emenda.

3. Department of States, *Foreign Operations, and Related Programs Act (“FY2010 Foreign Appropriations”)* (Division F. of P.L. 111-117), FY2010, 123 sTAT. 3325.

4. Congressional Research Service (CRS), *Abortion and Family Planning–Related Provisions in U.S. Foreign Assistance Law and Policy*, Agosto de 2020. (Originalmente, Siljander proíbe apenas que fundos sejam usados para o lobby a favor de mudanças nas leis relacionadas ao aborto, mas o Congresso modificou a emenda para afirmar que fundos não podem ser usados para o lobby nem a favor nem contra o aborto.)

5. Ver Center for Health and Gender Equity (CHANGE), *Prescribing Chaos in Global Health: The Global Gag Rule from 1984–2018*, 57, (June 2018), disponível em http://www.genderhealth.org/files/uploads/change/publications/Prescribing_Chaos_in_Global_Health_full_report.pdf.

6. Por exemplo, a Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional (USAID) em *Provisões Padrão Externas: Referência Obrigatória para o Sistema de Diretrizes Automatizadas*, Capítulo 303 85,89 (2019) disponível em <https://www.usaid.gov/sites/default/files/documents/1868/303mab.pdf>. (Das provisões sobre Proteção à Vida na Assistência Global de Saúde, ou Lei da Mordança, que estabelecem o “aborto como uma forma de planejamento familiar” e “com o propósito de espaçamento entre nascimentos”, incluindo para a saúde física ou mental da mulher, mas excluindo estupro, incesto ou perigo à vida).

7. Ver Sneha Barot, *Unsafe Abortion: The Missing Link in Global Efforts to Improve Maternal Health*, *Guttmacher Policy Review* 14 (Spring 2011). Ver também Code of Federal Regulations (e–CFR), Title 48, Federal Acquisitions Regulation System, Vol. 5, Ch. 7, Parts 700–799–Agency for International Development: 725.704 (Oct 2018).

8. JI Rosoff, *Senate-House conferees consider Helms Amendment*, Planned Parenthood-World Population Washington Memo, W-19:1-2 (1973).

9. *Ver em geral* Blueprint for Sexual and Reproductive Health, Rights, and Justice, 36 (2019), disponível em <https://reproblueprint.org/wp-content/uploads/2019/07/BlueprintPolicyAgenda-v14-PR-All-1.pdf>

10. *Ver* Accelerating Progress: Liberalization of Abortion Laws Since ICPD, Center for Reproductive Rights, (June 3, 2020) <https://reproductiverights.org/worldabortionlaws#accelerating-progress>. *Ver* Louise Finer & Johanna B Fine, Abortion Law Around the World: Progress and Pushback, 103(4) Am. J. of Pub. Health. 585,585-89 (2013) (abordando as mudanças nas leis relacionadas ao aborto ao redor do mundo desde 1950).

Por Exemplo Health (Regulation of Termination of Pregnancy) Act 2018 (Act No. 31/2018) (Ir.) (que estabelece a recente liberalização das leis Irlandesas sobre o aborto); Supreme Court of Nepal, Lakshmi Dhikta v. Government of Nepal, Writ petition no. WO-0757, 2067 (2009) (Nepal) (declarando que na visão da corte o aborto é um direito humano); Muluki Ain [Constitution] (2002) Amend. 11 (Nepal). (que estabelece a mudança constitucional do Nepal para permitir o aborto); Código Penal, Lei no. 35/2014, Boletim da República, I Série, No. 105, at 101, arts. 166-168 (2014) (Mozam.). (que estabelece as mudanças ao código penal de Moçambique para permitir o aborto)

11. United Nations Population Fund (UNFPA), Programme of Action of the International Conference on Population and Development (20th Anniversary ed., 2014), disponível em https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/programme_of_action_Web%20ENGLISH.pdf.

12. Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre a questão da discriminação contra mulheres na lei e na prática, *Women's Autonomy, Equality and Reproductive Health in International Human Rights: Between Recognition, Backlash and Regressive Trends* (Oct. 2017); Human Rights Council, Report of the Special Rapporteur on extrajudicial, summary or arbitrary executions on a gender-sensitive approach to arbitrary killings, 94, U.N. Doc. A/HRC/35/23 (Jun. 6. 2017), available at <https://www.ohchr.org/Documents/Issues/Women/WG/WomensAutonomyEqualityReproductiveHealth.pdf>.

13. Prevenção do aborto inseguro, Organização Mundial do Trabalho (2019), <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/preventing-unsafe-abortion>.

14. Jonathan Bearak et al., *Unintended pregnancy and abortion by income, region, and the legal status of abortion: estimates from a comprehensive model for 1990-2019*, The Lancet Global

Health (2020); *Ver também* Elizabeth Sully et al., *Adding It Up: Investing in Sexual and Reproductive Health 2019* (2020), disponível em <https://www.guttmacher.org/report/adding-it-up-investing-in-sexual-reproductive-health-2019> [Post. Elizabeth Sully, Adding It Up (2020).

15. Prevenção do aborto inseguro, *supra* nota 13.

16. Su Mon Latt et al., *Abortion laws reform may reduce maternal mortality: an ecological study in 162 countries*, BMC Women's Health (2019).

17. *Ver* Ipas & Ibis Reproductive Health, *U.S. Funding for Abortion: How the Helms and Hyde Amendments Harm Women and Providers*, 9-10 (2015), <https://ibisreproductivehealth.org/sites/default/files/files/publications/Ibis%20Ipas%20Helms%20Hyde%20Report%202016.pdf>; *Ver também* Blueprint for Sexual and Reproductive Health, Rights, and Justice, *supra* nota 9 at 36; *ver também* Sneha Barot, *Abortion Restrictions in U.S. Foreign Aid: The History and Harms of the Helms Amendment*, 16 *Guttmacher Policy Review* (2013), disponível em <https://www.guttmacher.org/gpr/2013/09/abortion-restrictions-us-foreign-aid-history-and-harms-helms-amendment>

18. *Id.* at 8-9.

19. Elizabeth Sully & Zara Ahmed, *The Case for Ending the "Global Gag Rule" and the Helms Amendment (2021)* disponível em <https://www.guttmacher.org/article/2021/02/case-ending-global-gag-rule-and-helms-amendment> [Post. Sully & Ahmed, *The Case for Ending the GGR and Helms (2021)*.] See also Elizabeth Sully, *Adding It Up* (2020), *supra* nota 14.

20. Sully & Ahmed, *The Case for Ending the GGR and Helms (2021)*, *supra* nota 19.

21. Sully & Ahmed, *The Case for Ending the GGR and Helms (2021)*, *supra* nota 19.

22. ForeignAssistance.gov, *Map of Foreign Assistance Worldwide*, <https://foreignassistance.gov/explore> (2022).

23. *Ver* Abortion is Health Care Everywhere Act of 2021, H.R. 1670, 117th Cong. (2021); *Ver também* repeal helms (2021), disponível em <https://repealhelms.org>.

24. *Id.*

25. *Id.*

26. Memorandum on Protecting Women's Health at Home and Abroad, 86 Fed. Reg. 33,077 (Jan. 28, 2021).



Aliança Internacional pela
Saúde, Direitos e Justiça
Sexual e Reprodutiva